



CÂMARA DOS DEPUTADOS

APENSADOS

AUTOR:
(DO SR. PAULO PAIM)

Nº DE ORIGEM:

EMENTA:
Dispõe sobre a concessão do adicional de periculosidade aos porteiros, zeladores, vigias, garagistas, vigilantes e guardas de segurança.

PL. - 2.067/99
NOVO DESPACHO: (17/11/1999)



DESPACHO:
~~JUSTIÇA E D~~ (APENSE-SE AO PROJETO DE LEI 2.066, DE 1999)
~~REDAÇÃO (ART 54) - ART 24 II~~ E DE CONSTITUIÇÃO E

ENCAMINHAMENTO INICIAL:
AO ARQUIVO, EM 07/12/99

REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA	
COMISSÃO	DATA/ENTRADA
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /
	/ /

PRAZO DE EMENDAS		
COMISSÃO	INÍCIO	TÉRMINO
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /
	/ /	/ /

DISTRIBUIÇÃO / REDISTRIBUIÇÃO / VISTA		
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /
A(o) Sr(a). Deputado(a):	Presidente:	
Comissão de:	Em:	/ /



CÂMARA DOS DEPUTADOS

PROJETO DE LEI Nº 2067/1999
(Do Sr. Paulo Paim)

Dispõe sobre a concessão do adicional de periculosidade aos porteiros, zeladores, vigias, garagistas, vigilantes e guardas de segurança.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º . São consideradas perigosas as atividades de porteiro, zelador, vigia, garagista, vigilante e guarda de segurança de prédio residencial, comercial ou industrial e de estabelecimento bancário, bem assim as daquele que se ocupa com o transporte de valores ou numerários.

Parágrafo único . Os profissionais de que trata este artigo fazem jus à percepção de adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração respectiva.

Art. 2º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO

E objetivo deste projeto de lei assegurar às atividades profissionais dos porteiros, zeladores, vigias, garagistas, vigilantes e guardas de segurança, a percepção de adicional de periculosidade de 30% (trinta por cento) sobre a remuneração efetivamente recebida.

 \mathbb{R}



A presente iniciativa encontra-se em perfeita sintonia com os ditames constitucionais vigentes, especialmente com o artigo 7º, inciso XXIII, in verbis:

“ Art. 7º . São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

Os profissionais contemplados com nossa proposição, em razão do exercício de suas atividades, são, sem dúvida, cercados de periculosidade, ainda mais se considerarmos as enormes dificuldades da vida moderna, assim como a constante e crescente insegurança advinda de assaltos e agressões de que são vítimas. Esses profissionais, não raro, são obrigados a portar armas de fogo para a defesa de interesses financeiros e patrimoniais.

Não é demais lembrarmos que infelizmente o crime organizou-se e especializou-se. Causa-nos perplexidade o simples fato de os referidos profissionais não terem sido beneficiados com o direito à percepção do adicional de periculosidade. O exercício dessas profissões é desenvolvido em condições de inegável e potencial risco de vida.

Por estas justas ponderações é que esperamos contar com o necessário voto dos ilustres pares para a aprovação do presente projeto de lei de elevado alcance social.

Sala das Sessões, em 17 de novembro de 1999


Deputado PAULO PAIM

PLENÁRIO - RECEBIDO
Em 17/11/99 às 15:20 hs
Nome pedro
Ponto 3250

24/12



CONSTITUIÇÃO
DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
1988

TÍTULO II
DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

CAPÍTULO II
DOS DIREITOS SOCIAIS

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

XXIII - adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas, na forma da lei;

CÂMARA DOS DEPUTADOS
ERRATA

(Republica-se em virtude de novo despacho do Sr. Presidente)

ONDE SE LÊ:

PROJETO DE LEI Nº 2.067, DE 1999
(DO SR. PAULO PAIM)

Dispõe sobre a concessão do adicional de periculosidade aos porteiros, zeladores, vigias, garagistas, vigilantes e guardas de segurança.

(ÀS COMISSÕES DE TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO (ART. 54) - ART. 24,II)

LEIA-SE:

PROJETO DE LEI Nº 2.067, DE 1999
(DO SR. PAULO PAIM)

Dispõe sobre a concessão do adicional de periculosidade aos porteiros, zeladores, vigias, garagistas, vigilantes e guardas de segurança.

(APENSE-SE AO PROJETO DE LEI Nº 2.066, DE 1999)

